

São Paulo pede para rolar dívida

JOSÉ LUIZ LONGO

SÃO PAULO — Em nome do Governo de São Paulo, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) entrou ontem com um requerimento de urgência urgentíssima junto à Mesa do Senado para rolar a parte da dívida mobiliária do estado com o Governo federal. Sem dinheiro em caixa, o Governo paulista quer autorização do Senado para empurrar para o ano 2000 as parcelas que vencem amanhã, no valor de R\$ 380 milhões, e em 15 de dezembro, estimada em R\$ 600 milhões. Como já tem feito com outros estados e municípios, o Senado deve aprovar o pedido, em votação que pode ocorrer hoje ou amanhã.

— Não há motivo para preocupação. Trata-se de uma rotina do Senado, que a cada seis meses renova a rolagem das dívidas dos estados — afirmou o se-

cretário estadual da Fazenda, Yoshiaki Nakano.

A assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado informou que a mesma autorização especial foi concedida aos governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e às prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros. Contudo, diferentemente do que ocorria até o ano passado, o Senado está obrigando os governos e as prefeituras a amortizarem 2% das dívidas vincendas para autorizar a rolagem. O Governo paulista seguirá este critério.

Embora politicamente descartada, a hipótese de o Senado não autorizar a rolagem obrigaria o Governo de São Paulo a resgatar, amanhã, R\$ 380 milhões em Letras do Tesouro paulista, que emitiu como garantia para a sua dívida com o Governo federal.

Fernando Maia



Antônio Imbassahy, da Eletrobrás: é o acordo que se pode fechar

Estado faz acordo com Eletrobrás

O Governo do Estado de São Paulo está fechando um acordo "de pai para filho" com o Governo federal sobre o pagamento das dívidas de US\$ 2,15 bilhões da Cesp, empresa de energia, com a Eletrobrás. O presidente da Eletrobrás, Antônio Imbassahy, disse ontem que a maior parte das dívidas da Cesp até 31 de dezembro de 1994, que atinjam a US\$ 1,8 bilhão, serão pagas em debêntures com vencimento no próximo governo paulista em 1999. Já as dívidas contraídas no governo Mário Covas de janeiro deste ano até agora, de cerca de US\$ 800 milhões, serão pagas em parcelas a partir de janeiro do próximo ano.

Imbassahy disse esperar assinar o "termo de confissão" das dívidas da Cesp nos próximos dias. Apesar de o presidente da

Eletrobrás garantir que o acordo, cujos detalhes estão em fase final de negociação, atende aos interesses da estatal, fontes do setor informaram que a Eletrobrás preferia começar a receber as dívidas ainda neste ano, em função da escassez de recursos que a empresa tem para investir.

— O acordo não é o que você quer, é o que você pode fazer. O Estado de São Paulo está com problemas de liquidez terríveis. Não adianta fazer um acordo que ele não possa cumprir — destacou Imbassahy.

As debêntures, com vencimento no futuro governo paulista, serão conversíveis em ações. A Cesp voltou a realizar pagamentos à Eletrobrás, referentes à compra de energia, desde agosto último.